



Câmara Municipal do Recife

Concurso Público 2014

Prova escrita objetiva – Nível Superior

Consultor Legislativo, na Área de Segurança Pública

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - este caderno de prova contendo **70** questões objetivas, cada qual com **05 (cinco)** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de prova.
- Somente após decorrida **uma hora e meia** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de prova.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de prova.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **30/09/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/camaradorecife.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **01/10/2014** até as 23h59 do dia **02/10/2014**, observado o horário oficial, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/camaradorecife, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa



Chargeonline.com.br - © Copyright do autor

Elvis

1

A charge acima foi publicada em agosto de 2014, momento em que havia grande número de mortes na guerra entre palestinos e israelenses no Oriente Médio; a representação gráfica inclui um conjunto de elementos alusivos ao conflito e a leitura de um deles, que está inadequada, é:

- (A) a estrela de seis pontas representa o estado de Israel;
- (B) o buraco no centro da estrela se liga aos tiros presentes no conflito;
- (C) o sangue escorrendo na base da estrela se prende ao sofrimento causado pela guerra, com muitos mortos;
- (D) a fumaça alude aos incêndios provocados pelos bombardeios na faixa de Gaza;
- (E) as diversas marcas registradas sobre a estrela judaica mostram os prejuízos sofridos por Israel.

Texto 1 – Bichos de estimação

Superinteressante, 2007

Não há um limite que estabelece até quando o apego a bichos de estimação é normal ou não. Ter um animal de estimação, na maioria dos casos, é benéfico para a saúde física e mental por ser uma forma de ter companhia e um meio de expressar emoções. Quem tem um bichinho sabe muito bem disso.

2

Entre as observações sobre a estruturação desse parágrafo no texto 1, a mais adequada é:

- (A) a forma verbal “estabelece” deveria ser substituída por “estabeleça” já que se refere a um fato real;
- (B) a expressão “até quando” deveria ser substituída por “até que ponto”, já que não se trata de referência a tempo;
- (C) o termo “bichos de estimação” deveria ser substituído por “animais de estimação” por ser um termo não coloquial;
- (D) o termo “disso” deveria ser substituído por “disto” já que tem por antecedente um elemento próximo;
- (E) o termo “bichinho” deveria ser substituído por “bicho” já que se trata de um texto científico, e não familiar.

Texto 2 – Fonte da juventude

Superinteressante, 2009

Sempre existiram jovens e velhos. Mas a noção de juventude que a gente tem é bem mais recente: começou nos EUA e na Europa dos anos 20. Foi quando as universidades se tornaram comuns e atrasaram a idade em que as pessoas casavam e tinham filhos. De uma hora para outra, cada vez mais gente passava a desfrutar esse intervalo que quase não existia antes: o limbo entre a infância e a vida adulta para valer. Um limbo, aliás, que fica cada vez mais longo.

3

No texto 2 há duas ocorrências do vocábulo *mais*: “a noção de juventude que a gente tem é bem mais recente” e “cada vez mais gente passava a desfrutar”. Sobre essas ocorrências, a afirmação correta é:

- (A) na primeira ocorrência é um termo adverbial determinado por outro advérbio (bem);
- (B) na segunda ocorrência é um advérbio de intensidade, ligado ao termo “gente”;
- (C) nas duas ocorrências, o termo exerce a função de advérbio de intensidade;
- (D) na segunda ocorrência, o termo pertence à classe dos pronomes indefinidos, com o valor de quantidade precisa;
- (E) na primeira ocorrência se trata de um advérbio de tempo.

4

A frase do texto 2 “Sempre existiram jovens e velhos” pode ser reescrita de forma adequada e mantendo-se o sentido original do seguinte modo:

- (A) houveram sempre jovens e velhos;
- (B) não só jovens, mas também velhos sempre houveram;
- (C) jovens, assim como velhos, sempre houve;
- (D) nunca deixaram de haver jovens e velhos;
- (E) nunca deixou de existir jovens e velhos.

5

A frase abaixo, retirada do texto 2, que exemplifica a variedade coloquial da linguagem é:

- (A) “sempre existiram jovens e velhos”;
- (B) “a noção de juventude que a gente tem é bem mais recente”;
- (C) “foi quando as universidades se tornaram comuns”;
- (D) “cada vez mais gente passava a desfrutar esse intervalo”;
- (E) “um limbo, aliás, que fica cada vez mais longo”.

6

“Um limbo, aliás, que fica cada vez mais longo”.

O termo “aliás” equivale semanticamente a diferentes expressões; no caso do texto 2, seu significado é:

- (A) de outra maneira;
- (B) do contrário;
- (C) além do mais;
- (D) não obstante;
- (E) a propósito.

Texto 3

Galileu, maio 2009

“Alguns alimentos têm as características modificadas quando entram em contato com o ar porque ocorre uma troca de umidade. Os pães ficam duros porque têm muita água, e os biscoitos amolecem devido ao fato de quase não levarem água”.

7

Em relação ao primeiro período do texto 3, o segundo período funciona como:

- (A) oposição a uma afirmação anterior;
- (B) retificação de algo afirmado;
- (C) repetição, em outras palavras, de algo já dito;
- (D) exemplificação de um fato;
- (E) explicação de um conceito.

Texto 4 – Como surgiu a linguagem humana?

Galileu, junho 2008

Embora não exista uma resposta fechada para a pergunta, há alguns experimentos e teorias que sugerem que o início do processo se deu entre os antepassados do Homo Sapiens, há 1,5 milhão de anos. A hipótese mais considerada pelos especialistas para o início da linguagem é a antropológica. Segundo ela, o processo resultou da necessidade do homem, além de se comunicar socialmente, garantir sua sobrevivência. (adaptado)

8

No texto 4 a frase inicial “Embora não exista uma resposta fechada” tem uma substituição inadequada em:

- (A) Posto que não exista uma resposta fechada;
- (B) Malgrado não existir uma resposta fechada;
- (C) Não obstante não existir uma resposta fechada;
- (D) Ainda não existindo uma resposta fechada;
- (E) Apesar de não existir uma resposta fechada.

9

No texto 4, a norma culta NÃO é rigorosamente respeitada no seguinte segmento:

- (A) “há alguns experimentos e teorias”;
- (B) “há 1,5 milhão de anos”;
- (C) “o processo resultou da necessidade do homem”;
- (D) “o início do processo se deu”;
- (E) “além de se comunicar socialmente”.

10

No texto 4, a pergunta do título:

- (A) é ignorada no desenvolvimento do texto;
- (B) é respondida de forma vaga e imprecisa;
- (C) não é respondida satisfatoriamente no texto;
- (D) é claramente respondida, ainda que sob um só ponto de vista;
- (E) é respondida, mas de forma não técnica.

Texto 5 – Nossa nova língua portuguesa

Julia Michaelis, *Galileu*, agosto 2009

Logo que comecei a trabalhar como editora, reparei que a diferença entre a língua falada e a escrita é maior em português do que em inglês, meu idioma nativo. Um estrangeiro pode passar anos sem topar com uma ênclise. De repente, abre um livro e “paft!” As pessoas não se sentam; sentam-se. Uma porta não se fecha; fecha-se. O ex-presidente Jânio Quadros uma vez falou “fi-lo porque qui-lo”. Tradução: fiz porque quis – e foi por causa da ênclise falada que a frase entrou na história.

11

Com base no texto 5, o ex-presidente Jânio Quadros negou várias vezes ter dito essa frase porque, sendo ele professor de Língua Portuguesa, jamais poderia tê-la dito em função de estar errada. Sua forma correta e mais adequada seria:

- (A) Fi-lo porque o quis;
- (B) Fiz isso porque qui-lo;
- (C) Porque qui-lo, o fiz;
- (D) Fiz isso porque isso quis;
- (E) Fi-lo porque quis-lhe.

12

A forma enclítica do pronome “o” junto ao pretérito perfeito do verbo “querer” que mostra incorrecção é:

- (A) Eu qui-lo;
- (B) Tu quiseste-o;
- (C) Nós quisemos-lo;
- (D) Vós quiseste-lo;
- (E) Eles quiseram-no.

13

No texto 5, a “tradução” da frase “Fi-lo porque qui-lo” está:

- (A) correta, porque o pronome complemento é indispensável;
- (B) inadequada, pois falta o pronome complemento;
- (C) incorreta, porque mostra erro de gramática;
- (D) adequada, já que os pronomes são redundantes;
- (E) imprecisa, pois estão ausentes os sujeitos das frases.

14

Um texto publicitário de um plano de saúde emprega a seguinte frase: “Você quer um plano de saúde para seus pais e nenhum te atende?”.

Se quiséssemos reescrever essa mesma frase dentro das regras da norma culta, deveríamos:

- (A) omitir o termo “você” no início da frase;
- (B) trocar o pronome possessivo “seus” por “teus”;
- (C) trocar o pronome “te” por “lhe”;
- (D) trocar o pronome “te” por “se”;
- (E) colocar “você quer” no plural: “vocês querem”.

Texto 6 – Poupar é possível

Elaine Toledo, *Claúdia*

Sempre dá para separar um dinheirinho para o futuro. Em sete passos fáceis, veja como: 1. Ande com um caderninho na bolsa e anote tudo o que gasta para saber para onde está indo seu dinheiro. 2. Se você não tem certeza de que conseguirá conter seus impulsos, deixe em casa cartões de crédito e cheques. Estabeleça um limite em dinheiro para carregar na carteira. 3. Planeje suas compras, todas elas, e pague apenas à vista. 4. Sempre pesquise preços e pechinche. 5. Só compre pela internet ou pelo telefone se for algo necessário, oferecido a um preço ótimo (a internet é um prato cheio para compradores compulsivos). 6. Passe longe das liquidações. 7. Pesquise pacotes econômicos para celular, telefone fixo, internet e TV a cabo.

15

A frase do texto 6 que traz somente marcas de linguagem formal é:

- (A) “sempre dá para separar um dinheirinho”;
- (B) “para saber onde está indo seu dinheiro”;
- (C) “sempre pesquise preços e pechinche”;
- (D) “a internet é um prato cheio para compradores”;
- (E) “pesquise pacotes econômicos para celular”.

16

No texto 6, a marca que indica uma preocupação com o paralelismo na construção de grande parte das frases do texto é:

- (A) o início traz sempre uma forma verbal;
- (B) o emprego de formas de imperativo;
- (C) o apelo ao humor nas instruções;
- (D) o uso de formas coloquiais de linguagem;
- (E) a presença de testemunhos de autoridade.

17

Um adolescente manda, por meio das novas tecnologias da comunicação, a seguinte mensagem para a namorada: *Ñ preciso dzer o qto amo vc né?*

A linguagem empregada, nesse caso, mostra:

- (A) a utilização de gírias e neologismos;
- (B) o emprego de variedades regionais de nossa língua;
- (C) o excessivo emprego de linguagem figurada;
- (D) o apelo a muitas imagens;
- (E) a preocupação com a brevidade.

Texto 7

Em 3 de novembro de 1957, a cadela Laika se tornava o primeiro animal da Terra a ser colocado em órbita. A bordo da nave soviética Sputnik2, ela morreu horas depois do lançamento, mas pôde entrar para a história da corrida espacial.

O animal escolhido para ir ao espaço era uma vira-latas de 6Kg de nome kudriavka. Depois os soviéticos decidiram renomeá-la como Laika. Sua cabine tinha espaço para ela ficar deitada ou em pé. Comida e água eram providenciadas em forma de gelatina. Ela tinha uma proteção e eletrodos para monitorar seus sinais vitais. Os primeiros dados da telemetria mostraram que ela estava agitada, mas comia a ração.

Apesar de toda a preparação, ela morreu devido a uma combinação de superaquecimento e pânico, deixando alguns cientistas tristes.

18

O texto 7 pode ser incluído entre os textos de tipo:

- (A) narrativo com traços descritivos;
- (B) descritivo com traços dissertativo-expositivos;
- (C) descritivo, com traços dissertativo-argumentativos;
- (D) dissertativo argumentativo com traços narrativos;
- (E) dissertativo expositivo com traços descritivos.

19

O texto 7, inicialmente, se refere a uma “cadela” e, mais tarde, se refere a ela como “animal”, estabelecendo uma relação de anáfora por meio de um hiperônimo. O mesmo aconteceria no seguinte par de palavras:

- (A) soviéticos / russos;
- (B) gelatina / alimento;
- (C) morrer / falecer;
- (D) história / conhecimento;
- (E) espaço / universo.

20

No texto 7 há duas ocorrências do vocábulo “mas”; em ambos os casos, esse vocábulo:

- (A) marca uma oposição entre dois segmentos;
- (B) indica posicionamentos críticos diante de algum fato;
- (C) explicita uma relação lógica entre dois termos;
- (D) introduz um aspecto positivo após a citação de algo negativo;
- (E) esclarece alguma ideia anterior.

21

A frase “o animal escolhido para ir ao espaço” traz uma segunda oração na forma reduzida; a forma adequada dessa mesma oração, caso desenvolvida, é:

- (A) o animal escolhido para que vá ao espaço;
- (B) o animal escolhido para a ida ao espaço;
- (C) o animal escolhido para que fosse ao espaço;
- (D) o animal escolhido a fim de ir ao espaço;
- (E) o animal escolhido para que tivesse ido ao espaço.

22

Na frase “deixando alguns cientistas tristes”, há a presença de uma forma verbal no gerúndio. A frase abaixo em que a forma sublinhada pertence a uma categoria verbal diferente é:

- (A) Laika esteve vijando pelo espaço.
- (B) muitos ficaram lamentando a morte da cadelinha.
- (C) nem todos estavam participando da corrida espacial.
- (D) a cadela tinha vindo para o centro espacial.
- (E) a nave espacial estava superaquecendo.

23

Em “pôde entrar para a corrida espacial” há somente uma oração, pois “pôde entrar” é uma locução verbal; a frase abaixo em que há somente uma oração é:

- (A) a tripulação mandou desembarcar a mercadoria;
- (B) a cadela sentiu estremecer a nave;
- (C) a cadelinha quis sair da nave espacial;
- (D) os cientistas deixaram morrer o animal;
- (E) a cadelinha via chegar a ração.

Texto 8 – A Comissão da Verdade

A Comissão da Verdade revelou nesta segunda-feira, 4, que o governo militar determinou a todos os agentes públicos no Brasil e no exterior, a partir de 1972, que não atendessem a nenhum pedido de esclarecimento de organizações nacionais e internacionais sobre mortos e desaparecidos em consequência da repressão.

O ato foi uma reação específica às ações da Anistia Internacional, que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos sobre violações de direitos humanos, como torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores.

O Estado de São Paulo, 04 fev 2013

24

Com base no texto 8, o emprego do verbo “revelar” mostra que:

- (A) foi algo dito sob ação de tortura;
- (B) se tratava de um segredo;
- (C) se refere a algo comunicado de forma oficial;
- (D) indica uma verdade insuspeitada;
- (E) demonstra algo contado com superação do medo.

25

“revelou nesta segunda-feira”; de acordo com o texto 8, o emprego da forma do demonstrativo “nesta”, nessa frase do texto, se deve ao mesmo motivo que levou a seu emprego na seguinte frase:

- (A) João e Maria chegaram, mas esta de táxi.
- (B) Esta blusa que visto foi presente de meu marido.
- (C) Esta é a verdade: todos devem estudar mais.
- (D) Esta época é a de maior frio.
- (E) Nesta sala todos são luteranos.

26

No texto 8 há uma série de elementos duplos; o par abaixo em que o segundo elemento traz certa intensificação do primeiro é:

- (A) no Brasil / no exterior;
- (B) nacionais / internacionais;
- (C) mortos / desaparecidos;
- (D) denunciando / cobrando;
- (E) desaparecimentos / assassinatos.

27

Os elementos do texto 8 que mantêm entre si uma relação de concordância nominal ou verbal são:

- (A) violações de direitos;
- (B) torturas, desaparecimentos e assassinatos;
- (C) pedido de esclarecimento;
- (D) assassinatos de opositores;
- (E) anistia internacional.

28

“O ato foi uma reação específica às ações da Anistia Internacional, que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos sobre violações de direitos humanos, como torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores”.

Sobre os componentes desse segmento do texto 8, a única afirmativa correta é:

- (A) o termo “às ações” completa o termo “reação”;
- (B) Anistia Internacional traz letras maiúsculas iniciais para que sua importância fosse aumentada;
- (C) há uma vírgula antes do pronome relativo “que” por tratar-se de uma oração restritiva;
- (D) o conector “sobre” deveria ser substituído por “sob”;
- (E) o termo “de opositores” serve de complemento dos três termos anteriores.

29

A opção abaixo em que a troca de posição dos termos sublinhados altera o significado da frase original é:

- (A) “determinou a todos os agentes públicos no Brasil e no exterior, a partir de 1972...”;
- (B) “nenhum pedido de esclarecimento de organizações nacionais e internacionais ...”;
- (C) “sobre mortos e desaparecidos em consequência da repressão”;
- (D) “que vinha denunciando e cobrando esclarecimentos”;
- (E) “torturas, desaparecimentos e assassinatos de opositores”.

30

“que não atendessem a nenhum pedido”; a forma adequada de reescrever-se essa frase do texto 8 de modo a retirarem-se as negações e mantendo-se o sentido original é:

- (A) que nenhum pedido fosse atendido;
- (B) que deixassem de atender a qualquer pedido;
- (C) que algum pedido fosse atendido;
- (D) que não atendessem a pedido algum;
- (E) que atendessem a quaisquer pedidos.

Legislação Específica

31

De acordo com a Lei Orgânica do Município do Recife, as comissões parlamentares de inquérito da Câmara Municipal:

- (A) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno;
- (B) serão criadas a requerimento, no mínimo, da maioria absoluta dos Vereadores;
- (C) terão por objeto a apuração de fato que atente contra a dignidade e decoro dos integrantes do poder público, ainda que o fato não seja determinado no início dos trabalhos;
- (D) observarão o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogável de forma justificada por igual período, com limite de 180 (cento e oitenta) dias;
- (E) investigarão exclusivamente fatos graves envolvendo parlamentares municipais e terão poderes próprios de autoridades legislativas.

32

O processo legislativo no Município do Recife, consoante dispõe sua lei orgânica, compreende a elaboração de emendas:

- (A) à Constituição Estadual, leis complementares, leis ordinárias e leis delegadas;
- (B) à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções;
- (C) à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias e decretos;
- (D) à lei orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas e medidas provisórias;
- (E) à lei orgânica, leis ordinárias, leis de iniciativa popular e decretos do Executivo.

33

Em tema de Poder Legislativo Municipal, a Lei Orgânica do Município do Recife dispõe que:

- (A) a Câmara Municipal reunir-se-á anualmente no período de trabalho legislativo ordinário de 01 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;
- (B) compete privativamente à Câmara Municipal sancionar, promulgar e fazer publicar leis, bem como expedir decretos e/ou regulamentos para sua fiel execução;
- (C) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades de sua administração direta ou indireta será exercida pelo Tribunal de Contas Municipal;
- (D) compete privativamente ao Presidente da Câmara Municipal declarar a necessidade, a utilidade pública ou o interesse social, para fins de desapropriação nos termos da lei federal;
- (E) o Presidente da Câmara remeterá ao Tribunal de Contas do Estado, até 30 (trinta) de abril do exercício seguinte, as contas do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

34

O Município do Recife, na sua atuação, atenderá aos princípios da democracia participativa. A Lei Orgânica do Município do Recife estabelece que o processo de participação popular será exercido por meio de instrumentos como:

- (A) as associações de moradores;
- (B) as audiências públicas;
- (C) o tribunal do júri;
- (D) o direito de livre associação;
- (E) o direito de livre reunião.

35

É forma de provimento originário de cargo público, segundo o estatuto dos servidores do Município de Recife:

- (A) a promoção;
- (B) a reintegração;
- (C) o aproveitamento;
- (D) a nomeação;
- (E) a readaptação.

36

De acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Recife, o servidor municipal tem direito, assegurada a percepção integral de vencimentos do cargo, à licença:

- (A) prêmio, no período de 03 (três) meses, após cada 3 (três) anos de efetivo exercício prestado exclusivamente ao Município, podendo ser convertido em pecúnia o período não gozado por necessidade de serviço;
- (B) à gestante, mediante inspeção médica, pelo prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, incluída nesse período a licença para aleitamento, que fica condicionada à nova perícia médica;
- (C) para tratamento de saúde por período de até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável excepcionalmente uma única vez por até mais 12 (doze) meses nos casos considerados recuperáveis, mediante nova inspeção médica;
- (D) por motivo de doença em pessoas de sua família, no prazo máximo de 12 (doze) meses, mediante inspeção médica;
- (E) para trato de interesses particulares, pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez por até mais 2 (dois) anos.

37

Consoante dispõe a Lei nº 14.728/85 (Estatuto dos Servidores do Município do Recife), o servidor que comete ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo se em legítima defesa, é passível de sofrer pena disciplinar de:

- (A) repreensão;
- (B) suspensão;
- (C) exoneração;
- (D) demissão;
- (E) multa e suspensão.

38

O Código de Ética Parlamentar do Município do Recife dispõe que a comissão de ética parlamentar:

- (A) é composta por 3 (três) membros, que se reúnem mensalmente ou quando houver convocação de seu presidente;
- (B) tem como presidente o vereador mais votado nas eleições, dentre os membros da comissão;
- (C) tem caráter transitório, sendo instaurada quando houver notícia de fato concreto, determinado e individualizado que atente contra a ética parlamentar;
- (D) é competente para instruir processos contra o Prefeito, em casos que importem sanções éticas a serem submetidas ao plenário;
- (E) tem as mesmas prerrogativas de uma comissão parlamentar de inquérito.

39

Em matéria de deveres fundamentais dos vereadores, o Código de Ética Parlamentar do Município do Recife dispõe que, no exercício do mandato de parlamentar, o Vereador deve:

- (A) comparecer a, no mínimo, 2/3 (dois terços) das sessões ordinárias, excetuando-se os casos de licença;
- (B) receber pessoalmente os cidadãos que o requererem, devendo fazê-lo, ao menos, uma vez por semana;
- (C) respeitar a posição adotada por seu partido político, votando conforme a orientação do líder partidário;
- (D) manter sigilo sobre as atividades que cheguem a seu conhecimento, que possam resultar em mal uso do dinheiro público, favorecimentos indevidos e prática do corporativismo;
- (E) propor, ao menos, 5 (cinco) projetos de leis por ano a serem votados pelo plenário.

40

O Vereador que infringir o Código de Ética Parlamentar do Município do Recife, agindo com conduta incompatível com o decoro parlamentar, se submeterá às seguintes sanções:

- (A) censura, multa e suspensão do exercício do mandato;
- (B) censura, suspensão do exercício do mandato e perda do mandato;
- (C) advertência, repreensão e suspensão do exercício do mandato;
- (D) advertência, multa e perda do mandato;
- (E) advertência, repreensão e cassação do mandato.

Conhecimentos específicos**41**

As Forças Armadas, nos termos do Art. 142 da CRFB, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se:

- (A) à defesa da Pátria e, por iniciativa de qualquer dos poderes, da segurança pública;
- (B) à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer dos poderes, da segurança pública;
- (C) à preservação das relações exteriores e, por iniciativa de qualquer dos poderes, da lei e da ordem;
- (D) à defesa da Pátria, e por iniciativa de qualquer dos poderes, à preservação das relações exteriores;
- (E) à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer dos poderes, da lei e da ordem.

42

De acordo com a doutrina moderna, os princípios informadores do chamado “sistema constitucional de crises” são:

- (A) necessidade, temporariedade e proporcionalidade;
- (B) legalidade, temporariedade e proporcionalidade;
- (C) necessidade, temporariedade e rigidez;
- (D) legalidade, temporariedade e limitação;
- (E) necessidade, temporariedade e limitação.

43

Em relação ao chamado “sistema constitucional de crises”, a Constituição da República prevê a aplicação de duas medidas excepcionais para restauração da ordem em momentos de anormalidade, possibilitando a suspensão de determinadas garantias constitucionais, inclusive, em lugar específico e por certo tempo, e possibilitando a ampliação do poder repressivo do Estado, justificado pela gravidade da perturbação da ordem pública. Dentro dos conceitos e regras de Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, é correto afirmar que:

- (A) Estado de defesa, decretado pelo Presidente da República, mediante oitiva, com caráter vinculativo, dos Conselhos da República e da Defesa Nacional e independentemente de autorização do Congresso Nacional, por prazo não superior a sessenta dias, sem possibilidade de prorrogação;
- (B) Estado de sítio, decretado pelo Presidente da República, mediante oitiva, com caráter vinculativo, dos Conselhos da República e da Defesa Nacional e independentemente de autorização do Congresso Nacional, pelo prazo que durar a guerra ou a agressão armada estrangeira;
- (C) Estado de defesa, decretado pelo Presidente da República, mediante oitiva, sem caráter vinculativo, dos Conselhos da República e da Defesa Nacional e independentemente de autorização do Congresso Nacional, por prazo não superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período;
- (D) Estado de sítio, decretado pelo Presidente da República, mediante oitiva, com caráter vinculativo, dos Conselhos da República e da Defesa Nacional e independentemente de autorização do Congresso Nacional, por prazo não superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período;
- (E) Estado de defesa, decretado pelo Presidente da República, mediante oitiva, com caráter vinculativo, dos Conselhos da República e da Defesa Nacional e independentemente de autorização do Congresso Nacional, por prazo não superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

44

Constitui competência exclusiva dos Municípios na Política Nacional de Defesa Civil:

- (A) estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;
- (B) estimular a reorganização do setor produtivo e reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;
- (C) estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;
- (D) fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres;
- (E) proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres.

45

O estudo das organizações conhecidas revela que não existe apenas um modelo de “crime organizado”. Pode-se inferir a existência de pelo menos três tipos distintos, embora aparentados, de organização criminosa. Os três tipos de organizações criminosas são:

- (A) vinculado, hierárquico e exógeno;
- (B) tradicional, hierárquico e empresarial;
- (C) vinculado, hierárquico e empresarial;
- (D) tradicional, empresarial e endógeno;
- (E) vinculado, empresarial e endógeno.

46

O conceito de milícias (ou milícias privadas ou particulares), entendidas como organizações paramilitares, gira em torno de cinco eixos simultâneos. Três desses eixos são:

- (A) domínio territorial e populacional de áreas por parte de grupos armados regulares; motivação de lucro individual como elemento central, a despeito da existência ocasional, em alguns casos, da tentativa de impor uma ordem moral nas comunidades; e coação, em maior ou menor medida, contra os moradores;
- (B) coação, em maior ou menor medida, contra moradores de determinada área; discurso de legitimação da sua intervenção como uma luta contra o mal e como instauradora de uma ordem protetora; e participação pública de agentes ou ex-agentes armados do Estado;
- (C) domínio territorial e populacional de áreas por parte de grupos armados regulares; discurso de legitimação da sua intervenção como uma luta contra o mal e como instauradora de uma ordem protetora; e participação pública de agentes ou ex-agentes armados do Estado;
- (D) colaboração, em maior ou menor medida, com moradores de determinada área; discurso de legitimação da sua intervenção como uma luta contra o mal e como instauradora de uma ordem protetora; e participação dissimulada de agentes ou ex-agentes armados do Estado;
- (E) domínio territorial e populacional de áreas por parte de grupos armados irregulares; discurso de legitimação da sua intervenção como uma luta contra o mal e como instauradora de uma ordem protetora; e participação dissimulada de agentes ou ex-agentes armados do Estado.

47

Em relação a grupos armados, como narcotraficantes, “polícias mineiras” e grupos de extermínio, as milícias se diferenciam em dois traços definitórios, consistentes em:

- (A) coação, em maior ou menor medida, contra moradores de determinada área; participação pública de agentes armados do Estado em posições de comando;
- (B) discurso de legitimação, ou seja, a tentativa de convencer a sociedade da bondade do seu projeto; controle direto por parte dos agentes ou ex-agentes do Estado;
- (C) organização hierárquica, com revezamento de atividades ou funções e liderança definida; objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza;
- (D) sistema de relações, com hierarquias e associações temporárias; fornecimento de bens e serviços ilegais em um mercado alternativo;
- (E) capacidade de coação e uso da violência contra aqueles que se opõem; manutenção das atividades por longo período de tempo.

48

Objetivos Nacionais são aqueles que a Nação busca satisfazer, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, em determinada fase de sua evolução histórico-cultural. Os Objetivos Nacionais são classificados segundo sua natureza, em três grupos: Objetivos Fundamentais, Objetivos de Estado, Objetivos de Governo. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) Objetivos Fundamentais são os Objetivos Nacionais que, voltados para o atingimento dos mais elevados interesses da Nação e preservação de sua identidade, subsistem por longo tempo;
- (B) Objetivos de Estado são os Objetivos Nacionais que, voltados para o atingimento dos mais elevados interesses da Nação e preservação de sua identidade, subsistem por longo tempo;
- (C) Objetivos Fundamentais são Objetivos Nacionais intermediários, voltados para o atendimento de necessidades, interesses e aspirações, considerados de alta relevância para a conquista, consolidação e manutenção dos Objetivos Fundamentais;
- (D) Objetivos de Governo são Objetivos Nacionais intermediários, voltados para o atendimento de necessidades, interesses e aspirações, considerados de alta relevância para a conquista, consolidação e manutenção dos Objetivos Fundamentais;
- (E) Objetivos de Estado são Objetivos Nacionais intermediários, voltados para o atendimento imediato de necessidades, interesses e aspirações, decorrentes de situações conjunturais em um ou mais períodos de Governo.

49

Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de Homens e Meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. O Poder Nacional deve ser sempre entendido como um todo uno e indivisível. Entretanto, para compreender seus elementos estruturais, é possível estudá-lo segundo suas manifestações, que se processam por intermédio de cinco Expressões:

- (A) Política, Empresarial, Psicossocial, Militar e Científica e Tecnológica;
- (B) Democrática, Econômica, Psicossocial, Defesa e Científica e Tecnológica;
- (C) Política, Empresarial, Psicossocial, Defesa e Científica e Tecnológica;
- (D) Democrática, Empresarial, Psicossocial, Militar e Científica e Tecnológica;
- (E) Política, Econômica, Psicossocial, Militar e Científica e Tecnológica.

50

Compete ao Departamento da Força Nacional de Segurança Pública:

- (A) definir a estrutura de comando dos integrantes das forças de segurança pública;
- (B) manter cadastro atualizado dos integrantes das forças de segurança pública;
- (C) manter o controle dos processos disciplinares e de correição dos integrantes das forças de segurança pública;
- (D) manter o controle e a segurança dos armamentos, munições, equipamentos e materiais sob a responsabilidade das forças de segurança pública;
- (E) desenvolver atividades de inteligência e gestão das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública.

51

Na clássica lição de Sherman Kent, reproduzida e adotada em diversas obras nacionais, o “conceito tridimensional” ou a “concepção trina de inteligência” é configurado por:

- (A) atividade (processo), produção (cognição) e difusão;
- (B) metodologia (conhecimento), produção e justificação;
- (C) atividade (processo), método e justificação;
- (D) produto (conhecimento), organização e processo (atividade);
- (E) coleta (conhecimento), análise (processo) e difusão.

52

Segundo Mark Lowenthal, inteligência “é o processo pelo qual certos tipos de informação importantes para a segurança nacional são requeridos, coletados, analisados e disponibilizados aos tomadores de decisão (*policy makers*). É, ademais, o resultado desse processo, a salvaguarda desses processos e dessa informação pela contrainteligência, e o desenvolvimento de operações de acordo com a demanda de autoridades legítimas”. No que se refere aos conceitos de “informação” e “inteligência”, é correto afirmar que:

- (A) inteligência é gênero e informação é espécie. Inteligência refere-se à informação voltada às necessidades dos tomadores de decisão (*policy makers*), sendo reunida, refinada e direcionada com o objetivo de preencher essas necessidades, ao passo que informação refere-se a algo que é conhecido, independentemente da maneira como se chegou a esse conhecimento;
- (B) informação é gênero e inteligência é espécie. Informação refere-se à informação voltada às necessidades dos tomadores de decisão (*policy makers*), sendo reunida, refinada e direcionada com o objetivo de preencher essas necessidades, ao passo que inteligência refere-se a algo que é conhecido, independentemente da maneira como se chegou a esse conhecimento;
- (C) inteligência é gênero e informação é espécie. Informação refere-se à informação voltada às necessidades dos tomadores de decisão (*policy makers*), sendo reunida, refinada e direcionada com o objetivo de preencher essas necessidades, ao passo que inteligência refere-se a algo que é conhecido, independentemente da maneira como se chegou a esse conhecimento;
- (D) informação é gênero e inteligência é espécie. Informação refere-se a algo que é conhecido, independentemente da maneira como se chegou a esse conhecimento, ao passo que inteligência refere-se à informação voltada às necessidades dos tomadores de decisão (*policy makers*), sendo reunida, refinada e direcionada com o objetivo de preencher essas necessidades;
- (E) inteligência é gênero e informação é espécie. Informação refere-se a algo que é conhecido, vinculado à maneira como se chegou a esse conhecimento, ao passo que inteligência refere-se à informação voltada às necessidades dos tomadores de decisão (*policy makers*), sendo reunida, refinada e direcionada com objetivos múltiplos de ordem pública.

53

A Secretaria Nacional de Segurança Pública, quando da regulamentação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), fixou diversas conceituações. A alternativa que apresenta a correta conceituação é:

- (A) “informação” é a que tem por finalidade a produção de conhecimento que habilite as autoridades governamentais, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, à oportuna tomada de decisões ou elaboração de planos, fornecendo subsídios à administração institucional para formulação, execução e acompanhamento de políticas próprias;
- (B) “conhecimento” é a representação de um fato real, por meio do processo de difusão, após a realização das atividades de coleta e análise, levando ao órgão assessorado os requisitos essenciais para sua atuação;
- (C) “atividade de informação” é o conjunto de dados que possui relevância e aplicação útil, exige unidade de análise e consenso em relação ao seu conteúdo;
- (D) “tomada de decisão” é a representação de um fato ou de uma situação, real ou hipotético, de interesse para a atividade de inteligência de segurança pública, com exame e processamento pelo profissional de inteligência, oportunizando-se uma escolha;
- (E) “dado” é qualquer representação de um fato ou de uma situação, passível de estruturação, obtenção, quantificação e transferência, sem exame e processamento pelo profissional de inteligência de segurança pública.

54

A alternativa em que os “tipos de conhecimentos produzidos” correspondem corretamente a sua conceituação é:

- (A) “apreciação” é o Conhecimento resultante de raciocínio(s) elaborado(s) que expressa o seu estado de certeza frente à verdade sobre fato ou situação passados e/ou presentes, extrapolando os limites da simples narração dos fatos ou das situações, contemplando interpretação dos mesmos;
- (B) “informação” é qualquer representação de um fato ou de uma situação, passível de estruturação, obtenção, quantificação e transferência, sem exame e processamento pelo profissional de inteligência de segurança pública;
- (C) “informe” é o Conhecimento resultante de juízo(s) formulado(s), que expressa seu estado de certeza, opinião ou de dúvida frente à verdade sobre fato ou situação passado e/ou presente;
- (D) “estimativa” é o Conhecimento resultante de raciocínio(s) elaborado(s) que expressa o seu estado de opinião frente à verdade, sobre fato ou situação passados e/ou presentes, admitindo a realização de projeções, que resultam tão somente da percepção, de desdobramentos dos fatos ou situações objeto da análise;
- (E) “dado” é o Conhecimento resultante de raciocínio(s) elaborado(s), que expressa o seu estado de opinião sobre a evolução futura de um fato ou de uma situação. As projeções da Estimativa resultam da realização de estudos especiais, necessariamente auxiliados por métodos e técnicas prospectivas.

55

A atividade de inteligência distribui-se por algumas funções, também chamadas de elementos ou missões da inteligência. De maneira geral, e com base em classificação originária da doutrina anglo-saxônica, percebem-se quatro funções da atividade de inteligência. A função ou elemento que corresponde corretamente a sua conceituação é:

- (A) análise (*analysis*), entendida como o processo de acesso aos dados disponíveis e negados, chegando-se a conclusões que comporão um produto chamado inteligência e auxiliarão o órgão assessorado na sua escolha;
- (B) contrainteligência (*counterintelligence*) entendida como o conjunto de atividades e ações técnicas destinadas à busca do dado negado, sua análise e remessa à unidade de processamento específica;
- (C) reunião (*collection*), entendida como a obtenção de informações, ainda em estado bruto (*raw data*), por quaisquer meios (fontes humanas ou meios tecnológicos), e sua remessa à unidade de processamento específica para uso na produção de conhecimento;
- (D) ações encobertas (*covert actions*) entendida como as atividades e procedimentos que têm por objetivo neutralizar a Inteligência adversa e salvaguardar o conhecimento produzido;
- (E) tomada de decisão (*polycymaking*) entendida como o conjunto dos procedimentos técnicos e metodológicos de produção de conhecimento (coleta, análise, avaliação, confronto e conclusão) a partir de informações em seu estado bruto.

56

São objetivos da contrainteligência:

- (A) preservar o sigilo da inteligência, auxiliar, colaborar e promover a atividade de inteligência adversa e conhecer a estrutura dos serviços de inteligência adversos, seus planos de articulação, metas e objetivos dentro ou fora do País;
- (B) impedir, neutralizar ou dificultar a atividade de inteligência adversa, desinformar os órgãos de inteligência adversos e conhecer a estrutura dos serviços de inteligência adversos, seus planos de articulação, metas e objetivos dentro ou fora do País;
- (C) informar os órgãos de inteligência adversos, identificar estruturas adversas de subversão e os agentes da sabotagem, do terrorismo e da espionagem e identificar e bloquear as ações adversas de natureza psicológica, em especial as de propaganda;
- (D) impedir, neutralizar ou dificultar a atividade de inteligência adversa, informar os órgão de inteligência adversos e garantir a segurança orgânica dos sistemas de informações de nossa comunidade e de toda e qualquer instalação julgada de interesse;
- (E) identificar, analisar e difundir as ações adversas de natureza psicológica, em especial as de propaganda, garantir a segurança orgânica dos sistemas de informações de nossa comunidade e de toda e qualquer instalação julgada de interesse e identificar estruturas adversas de subversão e os agentes da sabotagem, do terrorismo e da espionagem.

57

Inteligência técnica ou tecnológica (*techint*) diz respeito ao grupo de técnicas que usam mais tecnologia que fontes humanas para a reunião de dados ou informações. A inteligência técnica envolve uma série de subcategorias, com destaque para a inteligência de sinais (*signal intelligence – signit*), a inteligência de fotografia (*protographic intelligence – photint*) ou a de imagens (*imagery intelligence – imint*), inteligência de comunicações (*communication intelligence – comint*), inteligência eletrônica (*electronics intelligence – elint*), telemétrica (*telemetry intelligence – telint*) e aquela relacionada à interpretação de ondas e sinais eletromagnéticos ou assinaturas físicas (*measurements and signatures intelligence – masint*).

A inteligência de sinais compreende:

- (A) inteligência de comunicações (*comint*), a qual corresponde à interceptação – e conseqüente inteligência dela oriunda – de sinais de comunicações (por exemplo, mensagens de rádio) para análise e produção de conhecimento de inteligência;
- (B) inteligência telemétrica (*telint*), correspondente à captação, análise e processamento, mediante prévia autorização judicial, de transmissão de informações por meio de ondas longas e curtas e por tráfego de informações eletrônicas e telemáticas;
- (C) inteligência eletrônica (*elint*), relacionada à interceptação e análise do processo ou técnica de obtenção, processamento e transmissão de dados a longa distância, independente de prévia autorização judicial;
- (D) inteligência relacionada à interceptação de assinaturas eletromagnéticas ou sinais físicos (*masint*), que corresponde à informação técnica ou de inteligência proveniente de coleta ou interceptação e processamento de radiações eletromagnéticas (exceto de comunicações) provenientes de fontes como o radar;
- (E) inteligência relacionada à coleta de fontes abertas (*osint*) uma vez que, em princípio, qualquer onda eletromagnética, emitida como parte ou como produto do funcionamento de um equipamento eletrônico, está sujeita a interceptação por um receptor devidamente situado, ajustado e sensível.

58

Entre os vários conjuntos de princípios norteadores da atividade de inteligência, quatro são percebidos como fundamentais.

São três desses princípios:

- (A) imparcialidade, oportunidade e sigilo;
- (B) objetividade, obrigatoriedade e segurança;
- (C) objetividade, oportunidade e sigilo;
- (D) objetividade, oportunidade e segurança;
- (E) imparcialidade, obrigatoriedade e sigilo.

59

Além dos ditos princípios fundamentais, um outro conjunto de princípios deve ser acrescentado à atividade de inteligência, em virtude de sua importância para a produção de conhecimentos e para a garantia da qualidade da inteligência produzida.

Três desses princípios são:

- (A) controle, clareza e publicidade;
- (B) clareza, amplitude e complexidade;
- (C) controle, simplicidade e publicidade;
- (D) clareza, amplitude e publicidade;
- (E) controle, simplicidade e amplitude.

60

A Lei nº 9.883/1999, em seu art. 1º, § 2º, define, conforme o entendimento do legislador, o conceito de “inteligência”. Tal definição, no entanto, não segue o conceito tridimensional ou a concepção trina de inteligência, adotado pela doutrina majoritária, focando em apenas um elemento. O conceito legal, do art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.883/93, consagra a inteligência como:

- (A) atividade, não adotando a definição como organização ou como produto;
- (B) organização, não adotando a definição como método ou como produto;
- (C) produto, não adotando a definição como atividade ou como coleta;
- (D) método, não adotando a definição como organização ou como produto;
- (E) coleta, não adotando a definição como método ou como produto.

61

O art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.883/93, quando trata do conceito legal de inteligência, utiliza três substantivos relacionados aos objetivos da inteligência: “obtenção”, “análise” e “disseminação de conhecimentos”. Nesse caso, fica explícita a referência ao:

- (A) ciclo da inteligência e ao de produção de conhecimento;
- (B) ciclo da análise e ao de produção de conhecimento;
- (C) ciclo de análise e ao da metodologia de cognição;
- (D) ciclo da inteligência e ao da metodologia de cognição;
- (E) ciclo da reunião e ao da metodologia de cognição.

62

De acordo com o art. 2º, *caput*, da Lei nº 9.883/93, desprezadas as possibilidades de ajustes específicos e convênios, compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN):

- (A) os órgãos e entidades da Administração Pública Federal que, direta ou indiretamente, possam produzir conhecimentos de interesse das atividades de inteligência, em especial aqueles responsáveis pela defesa externa, segurança interna e relações exteriores;
- (B) os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual que, direta ou indiretamente, possam produzir conhecimentos de interesse das atividades de inteligência, em especial aqueles responsáveis pela segurança pública e defesa civil;
- (C) os órgãos e entidades da Administração Pública Federal e Estadual que, direta ou indiretamente, possam produzir conhecimentos de interesse das atividades de inteligência, em especial aqueles responsáveis pela defesa externa, segurança interna e relações exteriores;
- (D) os órgãos e entidades da Administração Pública Federal que, diretamente, possam produzir conhecimentos de interesse das atividades de inteligência, em especial aqueles responsáveis pela segurança pública e defesa civil;
- (E) os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual que, diretamente, possam produzir conhecimentos de interesse das atividades de inteligência, em especial aqueles responsáveis pela segurança pública e defesa civil.

63

De acordo com o art. 4º da Lei nº 9.883/93, compete à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN):

- (A) analisar, projetar e difundir conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade;
- (B) avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional, bem como desenvolver planos de preservação e defesa de infraestruturas críticas;
- (C) promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de inteligência, de defesa nacional e de segurança pública, e realizar estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento dessas atividades;
- (D) planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República;
- (E) coordenar atividades e operações interagência, que envolvam a produção de conhecimento e sua aplicação em campo, mediante o emprego de recursos humanos e materiais e o gerenciamento de informações qualificadas.

64

A execução da Política Nacional de Inteligência (PNI), fixada pelo Presidente da República, será levada a efeito pelo(a):

- (A) Gabinete de Segurança Institucional (GSI);
- (B) Conselho de Defesa Nacional (CDN);
- (C) Ministério da Defesa (MD);
- (D) Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);
- (E) Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN).

65

De acordo com o art. 6º da Lei nº 9.883/93, o controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo:

- (A) Poder Judiciário, quando do juízo de admissibilidade de denúncias ou arquivamentos;
- (B) Poder Legislativo, na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional;
- (C) Ministério Público, na forma do controle externo da atividade policial;
- (D) órgão ou autoridade assessorado, quando do recebimento do relatório de inteligência;
- (E) Poder Executivo, na forma a ser estabelecida em ato da Presidência da República.

66

Existem algumas necessidades básicas do emprego da inteligência que devem ser observadas, caso se queira tirar proveito desse instrumento. Constituem necessidades de emprego corretas:

- (A) desconfiar das certezas, identificar alvo, obter informação passada consolidada, construir conhecimento e agir baseado no conhecimento;
- (B) confiar nas certezas, identificar alvo, obter informação em tempo real, construir conhecimento e agir baseado nos dados;
- (C) desconfiar das certezas, identificar alvo, obter informação passada consolidada, construir conhecimento e agir baseado nos dados;
- (D) confiar nas certezas, identificar alvo, obter informação passada consolidada, construir conhecimento e agir baseado no conhecimento;
- (E) desconfiar das certezas, identificar alvo, obter informação em tempo real, construir conhecimento e agir baseado no conhecimento.

67

O INFOSEG (Sistema Nacional de Integração de Informações em Justiça e Segurança Pública) é um sistema:

- (A) de uso aberto aos órgãos que compõem a área de justiça e da segurança pública, tendo como escopo difundir todos os bancos de dados existentes no país, com o objetivo de facilitar a atuação das polícias brasileiras na identificação de pessoas que estejam com pendências criminais junto à justiça;
- (B) de uso restrito dos órgãos que compõem a área de defesa nacional e da segurança pública, tendo como escopo integrar todos os bancos de dados existentes no país, com o objetivo de facilitar a atuação das polícias brasileiras e estrangeiras na identificação de pessoas que estejam com pendências criminais junto à justiça;
- (C) de uso restrito dos órgãos que compõem a área de justiça e da segurança pública, tendo como escopo difundir todos os bancos de dados existentes no país, com o objetivo de facilitar a atuação das polícias brasileiras e estrangeiras na identificação de pessoas que estejam com pendências criminais junto à justiça;
- (D) de uso restrito dos órgãos que compõem a área de justiça e da segurança pública, tendo como escopo integrar todos os bancos de dados existentes no país, com o objetivo de facilitar a atuação das polícias brasileiras na identificação de pessoas que estejam com pendências criminais junto à justiça;
- (E) de uso aberto aos órgãos que compõem a área de defesa nacional e da segurança pública, tendo como escopo integrar todos os bancos de dados existentes no país, com o objetivo de facilitar a atuação das polícias brasileiras na identificação de pessoas que estejam com pendências criminais junto à justiça.

68

No caso do Brasil, os mecanismos de controle da atividade de inteligência podem ser identificados a partir da análise dos instrumentos legais que sustentam a Inteligência Nacional, em especial da Lei nº 9.883/93. Esses mecanismos dividem-se nas esferas de controle interno e externo. São mecanismos de controle interno:

- (A) individual, institucional, ministerial e executivo;
- (B) legislativo, executivo, judicial e social;
- (C) institucional, executivo, judicial e social;
- (D) individual, legislativo, judicial e social;
- (E) institucional, ministerial, executivo e legislativo.

69

Uma das medidas mais difíceis da área da inteligência de segurança pública diz respeito à compartimentação do conhecimento, ou seja, a divisão e manutenção estanque dos conhecimentos em diversos órgãos. Orienta essa compartimentação o princípio:

- (A) da metodologia do conhecimento;
- (B) da difusão restrita;
- (C) da necessidade de conhecer;
- (D) da separação das informações;
- (E) do conhecimento limitado.

70

Operações de inteligência é o conjunto de técnicas, processos e métodos, geralmente desenvolvido com emprego de ações especializadas, executada de forma planejada e em caráter sigiloso. Visa à busca e coleta de dados e informações não disponíveis ou desconhecidos sobre determinados assuntos. Tem como objetivo principal obter os elementos necessários à produção de conhecimentos específicos, de interesse do Estado, governo, organizações, empresas e também nas investigações criminais. A obtenção das informações pode ser realizada de duas formas. A forma que visa a atender uma necessidade de informações momentâneas e imediatas, em curto prazo, sobre fatos e situações não completamente conhecidas, desenvolvendo-se a busca geralmente de forma encoberta e por meio da execução de ações especializadas, é:

- (A) sistemática;
- (B) averiguadora;
- (C) apuratória;
- (D) Infiltração;
- (E) exploratória.

Realização

